

ANÁLISE SOBRE AS POPULAÇÕES GUARANI CONTEMPORÂNEAS: DEMOGRAFIA, ESPACIALIDADE E QUESTÕES FUNDIÁRIAS

POR

VALÉRIA DE ASSIS

Univerdidade. Estadual de Maringá-PR/

IVORI JOSÉ GARLET

Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR/

Los Guaraní contemporáneos forman una población expresiva en varios países de la América del Sur. Analizando los datos disponibles sobre esa población, intentamos presentar un cuadro general de su demografía, distribución espacial y cuestiones territoriales. El énfasis en esos tres aspectos responde a la preocupación por presentar y analizar los contextos prácticos que los Guaraní experimentan, evidenciando la importancia inequívoca que las relaciones generales con la sociedad tienen para mejor entender su configuración actual.

PALABRAS CLAVES: *Guaraní actuales, densidad demográfica, espacio, cuestiones territoriales, relaciones interétnicas.*

INTRODUÇÃO

Os Guarani contemporâneos constituem uma população indígena expressiva, que ocupa um espaço territorial abrangendo vários países da América do Sul. Muito se conhece sobre essas populações: sobre a sua cosmologia, concepção espacial, organização social, relações interétnicas etc. No entanto, são conhecimentos — embora sociologicamente relevantes — muito pontuais e específicos sobre uma única aldeia¹,

¹ Por exemplo, veja Aldo LITAIFF, *As Divinas Palavras: Identidade Étnica dos Guarani-Mbyá*, Florianópolis, Editora da UFSC, 1996; Graciela CHAMORRO, *Kurusu Ñe'ëngatu: Palabras Que La Historia No Podría Olvidar*, Asunción, CEADUC, São Leopoldo, IEPG/COMIN, 1995; *A Espiritualidade Guarani: Uma Teologia Ameríndia da Palavra*, São Leopoldo, Sinodal, 1998; e

um conjunto de aldeias ou mesmo um grupo Guarani específico². Paradoxalmente, pouco se sabe sobre aspectos práticos e mais gerais da totalidade do macro grupo como demografia, distribuição espacial e situação fundiária.

Nesse sentido, a intenção do presente artigo é, garimpando informações existentes nas publicações disponíveis sobre os diferentes grupos Guarani, apresentar um quadro geral (ainda que com lacunas) indicando dados relativos à essas três questões. Na medida em que seja possível, serão apresentadas as informações mais recentes sobre cada grupo, mas muitas vezes será necessário recuar alguns anos para algumas regiões e populações (como é o caso dos Nandeva no Paraguai, que se verá mais adiante). Tais lacunas podem ser lidas como um estímulo a novas pesquisas.

A ênfase nesses três aspectos se deve à preocupação em apresentar e analisar os contextos contemporâneos práticos vivenciados por essas populações, evidenciando a inequívoca importância das implicações que para elas tem a relação com a sociedade englobante³. As questões envolvendo a garantia de espaços adequados para a manutenção e reprodução dos grupos Guarani tem sido o principal ponto de preocupação e mobilização nativa, já que este dado é a base para se pensar em seus demais aspectos práticos⁴. Assim, o artigo enfoca as temáticas mais discutidas sobre as questões práticas contemporâneas que envolvem esses grupos, as quais mobilizam uma série de especialistas e organismos indigenistas e, especialmente, os próprios atores sociais interessados, as populações Guarani.

Embora a intenção do artigo seja a de englobar da forma mais equilibrada possível os principais grupos Guarani contemporâneos, verificar-se-á uma certa ênfase nos Mbyá-Guarani. Em primeiro lugar, em razão dos autores possuírem uma maior experiência de pesquisa com esse grupo e em segundo pelo maior volume de informações publicadas e disponíveis sobre populações Guarani que referem-se aos Mbyá, havendo, portanto, um evidente descompasso na quantidade e qualidade das informações.

Celeste CICCARONE, *Drama e Sensibilidade: Migração, Xamanismo e Mulheres Mbya Guarani*, Tese de Doutorado, São Paulo, PUC/SP, 2001.

² Por exemplo, veja Maria Inês LADEIRA, *O Caminhar Sob a Luz: Território Mbya à Beira do Oceano*, Dissertação de Mestrado, São Paulo, PUC/SP, 1992; Ivori José GARLET, *Mobilidade Mbyá: História e Significação*, Dissertação de Mestrado, Porto Alegre, PUC/RS, 1997; Antônio BRAND, *O Confinamento e Seu Impacto Sobre os Pãu/Kaiowá*, Dissertação de Mestrado, Porto Alegre, PUC/RS, 1993; e Deise Lucy Oliveira MONTARDO, *Através do Mbaraka: Música e Xamanismo Guarani*, Tese de Doutorado, São Paulo, USP, 2002.

³ A expressão «sociedade englobante» advém de Louis DUMONT, *Homo Hierarchicus: O Sistema das Castas e Suas Implicações*, São Paulo, EDUSP, 1992 para uma referência às sociedades nacionais (no caso, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai), caracterizadas pela hegemonia da ideologia ocidental.

⁴ Assim, não estar-se-á aqui apresentando dados relativos à economia, saúde e educação. Embora eles sejam igualmente relevantes, abordá-los implicaria em ir muito além dos limites impostos para a publicação do presente artigo.

Considerando apenas os três grupos Guarani mais estudados e citados —Kaiowá⁵, Nandeva⁶ e Mbyá⁷— observa-se que, embora a maior parte dos autores refira-se a essa distinção, ela é pouco explicitada, havendo, frequentemente, um tratamento analítico indiferenciado a indivíduos e famílias de dois grupos distintos. Algumas vezes parece haver pouco conhecimento etnográfico e metodológico que permita perceber essas distinções e, em outras, parece não haver relevância em considerar as diferenciações entre os grupos. De qualquer forma, observa-se a falta de consenso e muitas dúvidas quanto à maneira de classificá-los. Percebe-se que o critério lingüístico é o mais utilizado, entretanto sabe-se que ele é insuficiente para uma análise etnológica mais consistente. Pressupondo-se obviamente que todos são Guarani, a partir disso não se possui clareza se é pertinente apontar Kaiowá, Nandeva e Mbyá como subgrupos Guarani, ou parcialidades, ou etnias etc.

No presente artigo não se pretende resolver tal questão. Essa problemática será apenas utilizada para explicar que aqui estar-se-á usando o termo genérico de grupos Guarani quando for necessário referir-se aos três grupos conjuntamente e usando a denominação de cada um quando se estiver enfocando um ou dois deles. Este cuidado tem o sentido de respeitar a especificidade de cada grupo e, ao mesmo tempo, evitar cometer equívocos classificatórios que podem aumentar a confusão no uso desses termos para o estudo dessas sociedades indígenas.

Outro problema, no que consiste à nomenclatura, refere-se à denominação dos locais de vida e moradia dos grupos Guarani. Tradicionalmente, há a denominação nativa **teko'a**⁸ ou **tekoha**. Entretanto, a história de relação com a sociedade englobante provocou tal mudança nas possibilidades de estabelecimento espacial desses grupos, já que algumas formas atuais seriam uma variação do tradicional **teko'a/tekoha**, havendo uma recusa nativa a chamá-las pelo nome tradicional. Especialmente no caso dos Mbyá, há ocupações espaciais que foram denominadas exoticamente como acampamentos, que ora podem ser entendidos como uma extensão da aldeia, ora como um embrião de uma outra a ser constituída. Como para a análise que aqui se pretende desenvolver interessa mais o número de espaços ocupados e a quantidade de pessoas neles vivendo, não entrar-se-á no detalhamento dessas variações de ocupação do espaço e, para não cometer grandes incorreções, estão sendo usados termos genéricos como «local»,

⁵ Também podendo ser designados por Paĩ-Tavyterã ou grafados como Kayová ou Kaiová.

⁶ Identificados igualmente por Chiripá ou Xiripá, Ava Katu Ete, Avá, Avá-Chiripá, ou, como preferem ser chamados no Mato Grosso do Sul, Guarani.

⁷ Há referências como Mbyá-Guarani, Guarani Mbyá, dentre outras variações.

⁸ **Teko'a** é uma forma de grafar o termo segundo os Mbyá e **tekoha** para os Kaiowá. Mais do que uma distinção aparentemente restrita a questões lingüísticas, ela remete a diferenciações também de caráter sociológico, pois que Mbyá e Kaiowá possuem concepções e ações específicas para essa categoria de espaço.

«localidade», «lugar» em substituição a expressões de espaço mais específicas como «aldeia», «acampamento» e outras variáveis semelhantes.

O artigo encontra-se organizado em três sub-itens: o primeiro enfocando dados relativos à demografia, o segundo sobre a distribuição espacial e o último sobre as questões fundiárias. Como pano de fundo, encontram-se algumas problemáticas que permeiam os estudos sobre as sociedades Guarani. Dentre elas a necessidade de se redefinir a noção de território; as implicações da aplicação de conceitos como o de sociedade, etnia, grupo étnico ou cultura ora quando se trata de um grupo específico, ora quando se fala genericamente dos Guarani (assim questiona-se: é possível falar em uma etnia Guarani ou em várias?) e as recorrentes referências essencialistas e de base histórica dos Guarani, muitas vezes ofuscando e limitando as possibilidades de compreensão dos mesmos no presente. Assim, é preciso deixar claro que, neste trabalho, não se estará propondo respostas a tais problemáticas, mas sem dúvida, percebe-se que o olhar panorâmico sobre essas populações permite construir caminhos para elas.

DEMOGRAFIA

O tema referente à demografia se inicia dando alguns indicativos que justificam mensurar essa população indígena, considerando os três grupos que a constituem. Reconhecidamente, os Guarani contemporâneos encontram-se subdivididos em, pelo menos, três ramificações⁹: os Chiripá ou Ñandeva, os Kaiowá e os Mbyá. Há uma certa confusão e polêmica entre os especialistas quanto a essas diferenciações, se elas marcariam etnicidades distintas ou variações de uma mesma etnia. De qualquer forma, observa-se que esses grupos Guarani se diferenciam entre si ao mesmo tempo em que se auto intitulam como sendo Guarani. Assim, um indivíduo Mbyá se reconhecerá como um Guarani, mais especificamente como um Mbyá-Guarani e, apesar de admitir que o outro (seja ele Ñandeva ou Kaiowá) também seja Guarani, somente eles, os Mbyá, podem ser considerados os autênticos Guarani. Interpelando-se um Ñandeva ou um Kaiowá a argumentação será a mesma.

A relevância em se respeitar essas diferenciações entre si está na conformação social, espacial e cosmológica de cada grupo. Evidencia-se que elas são marcadores significativos e que desconsiderá-las pode se configurar numa forma recorrente de etnocídio a que esses grupos vêm sendo alvo sucessivamente. Os estudos mais recen-

⁹ Segundo Bartomeu MELIÀ, Marcos Vinícios de Almeida SAUL e Valmir Francisco MURARO, *O Guarani: Uma Bibliografia Etnológica*, Santo Ângelo, FUNDAMES, 1987, pp. 18-19, há vários grupos que compõem os Guarani contemporâneos. Além dos três já mencionados, são referidos também os Chiriguano, Tapieté e Izoceño presentes na Bolívia. Há ainda dúvida quanto a filiação dos Xetá e Aché-Guayaki. Entretanto, este estudo não estará enfocando a totalidade dos grupos especialmente por não possuímos dados confiáveis e relevantes para tratá-los com a mesma profundidade dos três primeiros.

tes vêm apontando inclusive para regionalismos, marcando outro âmbito de diferenciações entre eles. Assim, por exemplo, D. Montardo¹⁰ aponta como os Ñandeva do interior (Estado do Mato Grosso do Sul-Brasil) são distintos dos do litoral (Estado de Santa Catarina-Brasil). A distância geográfica e temporal entre eles produziu uma conformação contemporânea distinta —inclusive com matizes lingüísticos. O mesmo pode se dizer dos grupos Mbyá no Rio Grande do Sul em comparação com o do litoral capixaba, ou mesmo os grupos localizados tanto no Pará e no Tocantins, como na Argentina e Paraguai. Assim, levar em conta essas distinções é reconhecer a historicidade específica vivida por cada grupo refletindo-se em sua estrutura social atual.

Quanto aos métodos para a mensuração populacional, é significativo destacar a dificuldade em quantificar as populações Guarani. Esta dificuldade é um problema freqüentemente levantado entre os vários pesquisadores que se dispuseram a empreender tal atividade. Primeiramente ela decorre da própria resistência levantada pelos indígenas, que, em virtude de experiências históricas adversas, repelem com veemência as tentativas que visam quantificá-los. Segundo argumentam os Mbyá, contam-se os animais, o gado, mas não pessoas. Estranha-se, portanto, a idéia de reduzir pessoas a números. A quantificação, no caso dos Mbyá, é vista também como mais uma das tentativas da sociedade englobante de controlá-los. Os números permitem subsidiar o Estado no sentido de que este venha a exercer sobre eles ingerência e controle. Assim, por muito tempo, os Mbyá se desviaram dos esforços para censá-los.

Além de dificuldades desta ordem há, ainda, um outro aspecto que dificulta a tarefa: a mobilidade espacial, sobretudo em se tratando dos Mbyá. Esta dinâmica pode ensejar que um mesmo indivíduo ou grupo de indivíduos sejam registrados duas ou mais vezes, ou, ao contrário, escapem ao controle de quem esteja desenvolvendo o levantamento dos dados. Portanto, mesmo que os dados apresentem limitações desta natureza, ainda assim eles são reveladores e significativos para uma análise das mudanças no perfil demográfico verificadas nos últimos anos.

Confrontando-se dados estatísticos sobre as populações Guarani de décadas passadas com os auferidos em levantamentos atuais, percebem-se significativas disparidades. Felizmente estas diferenças são auspiciosas, uma vez que sinalizam para o crescimento demográfico. Várias motivações podem ser arroladas em prol destas diferenças. Em primeiro plano, o alcance limitado dos levantamentos executados, principalmente se for considerada a resistência dos Guarani à realização dos mesmos. Em segundo lugar, o não reconhecimento, principalmente em se tratando dos censos oficiais, dos índios localizados fora dos espaços reconhecidos e administrados pelas instituições indigenistas oficiais. Os índios localizados fora destes espaços passaram à condição de desaldeados, subentendendo-se que, sobre os mesmos, não deveria incidir nenhuma forma de direito, pois, a partir das justificativas oficiais, esta categoria corresponderia à de não-índio. A partir das articulações e das ações dos próprios

¹⁰ D. MONTARDO [2].

índios visando a conquista de espaços de cidadania, estes contingentes que foram jogados à margem passam a reivindicar seus direitos e seu lugar na história; forçando, paulatinamente, o reconhecimento por parte dos organismos oficiais.

Também não se pode esquecer de cogitar que o aumento populacional num determinado espaço, às vezes, leva a interpretações falaciosas. Por exemplo, desde que se instalou a crise econômica na Argentina, inúmeras famílias extensas Mbyá adentraram no Estado do Rio Grande do Sul em busca de condições de vida menos adversas. O mesmo fenômeno pôde ser observado a partir de 1988, quando foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil a qual, pelo menos teoricamente, ampliou os direitos dos povos indígenas. Estes fatores, citados a título de exemplos, contribuíram para o crescimento da população Mbyá no Rio Grande do Sul, mas não para um aumento no conjunto da população deste grupo. Constata-se, então, que o que ocorreu foi o deslocamento de um número de indivíduos de uma região para outra (da Argentina para o Brasil). Outra interpretação precipitada, errônea e de caráter essencialista decorrente deste fenômeno, é a que se fixa na justificativa da mobilidade espacial única e exclusivamente imbricada à busca da Terra Sem Males como uma característica inerente à cultura, mas desvinculada das condições históricas vigentes. Assim, verifica-se que os Guarani não só se encontram em permanente relação com a sociedade englobante, como também estão atentos aos processos de mudança que ocorrem nela e que os afetam diretamente, agindo ativamente em relação a ela.

Compreende-se, dessa forma, que uma significativa mudança no comportamento dos Mbyá com a sociedade englobante está diretamente relacionada às mudanças históricas acima mencionadas. Por um longo tempo, os Mbyá se valeram da estratégia da invisibilidade para estarem próximos da nossa sociedade e, ainda assim, não sofrerem demasiadas intervenções da mesma em seu modo de vida. Como estratégia de invisibilidade compreende-se terem, por muito tempo, ocupado áreas caracterizadas como terras públicas, ocultando suas casas cerimoniais, protegendo suas crianças e mulheres do olhar do branco, vestindo-se como pessoas da sociedade englobante e se relacionando com elas como se fossem um grupo marginal qualquer ou índios sem identidade - ou aculturados, como ainda são identificados pelo senso comum. As entidades com trabalhos vinculados às sociedades indígenas possuíam pouco e inexpressivo contato com essas comunidades.

Progressivamente, e especialmente a partir de 1988, essa estratégia mudou. Os Mbyá perceberam que, ao se fazerem visíveis e acessíveis, obteriam mais vantagem nas relações interétnicas, especialmente nas questões relativas ao acesso a espaços geográficos adequados a suas pautas culturais. Isso implicou inclusive na sua visibilidade em censos feitos tanto por pesquisadores independentes, quanto por órgãos oficiais e ONGs¹¹.

¹¹ Organizações Não Governamentais.

Contudo, em que pese os motivos acima, há ainda um outro aspecto a ser considerado, o qual se reveste de uma importância fundamental para se analisar o perfil demográfico entre os Guarani. Trata-se de uma efetiva recuperação demográfica observável nos últimos anos¹². Conforme explicita M. Azevedo¹³ (2000: 79) «... após um longo período de perdas populacionais causadas por guerras, epidemias e pelos processos de escravização, os povos indígenas iniciam um processo de recuperação demográfica, muitas vezes consciente.» No caso dos Mbyá, observou-se uma progressiva mudança no número de filhos por cada casal. Se tradicionalmente esse número era reduzido a dois ou três (cujo controle era realizado a partir de métodos contraceptivos tradicionais), atualmente não há qualquer preocupação com controle de natalidade, havendo casais com cerca de seis filhos ou mais.

Os dados dos levantamentos atuais, relativos aos Guarani, apontam justamente para este crescimento acelerado da população considerando taxa de natalidade e de mortalidade. Isto não se vincula unicamente ao fato da taxa de fecundidade entre os indígenas ser mais elevada do que entre a população não indígena, mas à diminuição de métodos contraceptivos e, sem dúvida, à uma significativa redução na taxa de mortalidade, principalmente entre o público infantil¹⁴. Concorrem para esta dinâmica demográfica as intervenções de diferentes organismos, tanto oficiais, quanto de ONGs, que se envolvem em várias frentes, mas de modo específico na área da saúde e em projetos de auto-sustentação econômica.

PROJEÇÃO DEMOGRÁFICA PARA OS MBYÁ

A partir das considerações feitas anteriormente, os dados quantitativos que se seguem resultam de uma aproximação —ainda que relevante— para uma perspectiva panorâmica sobre a densidade demográfica dos Guarani na contemporaneidade¹⁵.

Em 1997 foi realizado um levantamento minucioso sobre os Mbyá nos quatro países em que ocorre sua presença (Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai). Considera-se, neste artigo, que esses números pouco mudaram na sua totalidade. O

¹² Esta tendência está visivelmente expressa na comparação dos resultados dos censos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE: no de 1990, a população indígena brasileira era de 300.000 habitantes, ao passo que os dados obtidos no último recenseamento, no de 2000, apontam para o total de 735.000 indígenas nesse país. Convém sublinhar que tal tendência não está circunscrita aos povos indígenas no Brasil; conferindo-se os resultados disponibilizados no Paraguai pela Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos - DGEEC, em dezembro de 2002, observa-se significativo aumento da população indígena também naquele país.

¹³ MARTA AZEVEDO, «Censos Demográficos e 'Os Índios': Dificuldades Para Reconhecer e Contar», *Povos Indígenas no Brasil, 1996-2000*, São Paulo, Instituto Socioambiental, 2000, pp. 79- 88.

¹⁴ M. AZEVEDO [13].

¹⁵ Os dados são provenientes de diferentes fontes bibliográficas (artigos, livros, teses e dissertações).

que se verifica é uma alteração de densidade demográfica entre uma região ou outra. Por exemplo, em 1997 havia cerca de 40 indivíduos, compondo uma família extensa organizada em oito famílias nucleares, habitando no Uruguai. Em 1999 esse número reduziu-se a duas famílias extensas vivendo em aldeias distintas e totalizando cerca de 20 indivíduos, segundo projeções de J. E. Basini (1999)¹⁶. Atualmente, não há mais registro de presença de membros deste grupo Guarani nesse país, uma vez que, progressivamente, deslocaram-se para o Rio Grande do Sul, tendo a última família saído durante o ano de 2002. Assim, pode-se considerar os dados de 1997 como uma projeção para o presente. Cabe ainda alertar que, quando o estudo foi realizado, no Brasil, a sua abrangência limitou-se aos três estados da região sul. Desta forma, aqui serão somados os dados dos outros estados, obtidos por outras fontes.

Segundo I. Garlet e V. Assis (1998)¹⁷ nos três estados do Brasil Meridional (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), a população Mbyá, no final da década de 1990, era de 2.640. Na sistematização empreendida pelo Instituto Socioambiental (2000)¹⁸, no Estado de São Paulo os Mbyá contam com 1.239 membros. Ainda de acordo com a citada fonte, no Estado do Rio de Janeiro o número seria de 335 indivíduos. C. Ciccarone¹⁹ estima que os Mbyá no Espírito Santo são 163 pessoas. Obtém-se, portanto, uma estimativa demográfica de 4.377 Mbyá habitando no Brasil²⁰.

No Paraguai, segundo estimativas feitas a partir de R. Fogel (1997)²¹, nos 8 departamentos nos quais são encontrados, os Mbyá perfazem uma população que gira em torno de 11.500 habitantes. Na Argentina (Província de Misiones), segundo esta mesma fonte, alcançam o total de 3.646 pessoas. Esses dados são coincidentes com um outro levantamento realizado poucos anos antes, o qual indicava haver em Misiones, em 1993, cerca de 3700 Mbyá²². A projeção de 3.800 indivíduos Mbyá localizados, em 1999, na Província de Misiones, apontada por C. Brighenti (2001)²³, aproxima-se dos números sinalizados nas duas fontes já

¹⁶ José Exequiel BASINI, *Estratégias Econômicas, Políticas e Religiosas Na Mito-Práxis Mbyá-Guarani*, Dissertação de Mestrado, Porto Alegre, UFRGS, 1999.

¹⁷ Ivori José GARLET e Valéria Soares de ASSIS, «Diagnóstico da População Mbyá-Guarani no Sul do Brasil», *Cadernos do COMIN*, N°7, São Leopoldo, 1998, pp. 05-84.

¹⁸ *Instituto Socioambiental, Povos Indígenas no Brasil, 1996-2000*, São Paulo, ISA, 2000, pp. 771-776.

¹⁹ Celeste CICCARONE [1].

²⁰ Embora se reconheça a presença de famílias Mbyá nos estados do Pará e Tocantins, não foi possível acessar informações sobre o número de habitantes nessas localidades.

²¹ Ramón FOGEL, *Mbyá Recové; La Resistencia De Un Pueblo Indómito*, Pilar/Universidad Nacional de Pilar, Asunción/CERI, 1997

²² María Angélica AMABLE, Karina DOHMANN e Liliana Mirta ROJAS, *Historia Misionera: Una Perspectiva Integradora*, Posadas, Ediciones Montoya, 1996.

²³ Clovis Antonio BRIGHENTI, *Integração e Desintegração: Análise do Tratamento Dispensado Pelos Estados Brasileiro e Argentino ao Povo Guarani em Santa Catarina e na Província de Misiones*, Dissertação de Mestrado, São Paulo, USP, 2001.

indicadas. Desse total apontando por C. Brighenti²⁴, deve-se suprimir o correspondente à população Ñandeva, calculada em 350 membros.

Assim, convergindo os dados disponíveis sobre os Mbyá nos distintos espaços por eles ocupados, formam uma população avaliada em torno de 19.200 indivíduos²⁵.

PROJEÇÃO DEMOGRÁFICA PARA OS ÑANDEVA

Os dados referentes aos Ñandeva ora se confundem com os referentes aos Kaiowá no Mato Grosso do Sul, ora se confundem com os relativos aos Mbyá nos demais estados brasileiros. Com exceção dos dados já apontados para os Mbyá em que foi possível distinguir os dois grupos, grande parte da bibliografia consultada aponta para a existência de Kaiowá e Ñandeva, mas não há uma preocupação em diferenciá-los quanto à densidade demográfica de cada um.

A partir de censos realizados no fim da década de 1980 e início da década seguinte, M. Chase-Sardi (1992)²⁶ oferece contribuições específicas sobre a demografia dos Ñandeva habitantes no Paraguai. Distribuídos em comunidades presentes nos departamentos de Amambay, Canindeyu, Caaguazu, Alto Paraná e San Pedro, «...encontramos 8.315 habitantes en las treinta comunidades visitadas. Faltando cinco, a las que no pudimos llegar, y las familias dispersas que descubrí después, en las cercanías de Puerto Adela ...», afirma M. Chase-Sardi (idem: 24-25)²⁷. Por conta destes núcleos não contemplados na pesquisa, o autor projeta que a população Ñandeva no Paraguai ultrapassa com folga a casa dos 9.000 indivíduos (idem: 241)²⁸.

Para estipular a população Ñandeva em território brasileiro, faz-se necessário cruzar os registros disponíveis em duas fontes: o estudo desenvolvido por C. Brighenti²⁹ e o apresentado pelo Instituto Socioambiental³⁰. Convém destacar que em ambas as sistematizações a ênfase não recai sobre questões demográficas, mas fundiárias, apresentando a já citada dificuldade de separar os dados sobre cada um dos grupos Guarani ou de outros grupos indígenas com os quais dividem os espaços. Segundo C. Brighenti³¹, os Ñandeva estão presentes em 30 localidades. Desse total, 14 são de ocupação exclusiva Ñandeva e os outros 16 compar-

²⁴ C. A. BRIGHENTI [23].

²⁵ O total exato seria 19.173, mas como se trata de uma projeção, optou-se pelo arredondamento.

²⁶ Miguel CHASE-SARDI, *El Precio de la Sangre: Tugiy Ñeë Repy. Estudio de la Cultura y del Control Social Entre los Avá-Guaraní*, Asunción, Universidad Católica, 1992.

²⁷ M. CHASE-SARDI [26].

²⁸ *Idem*.

²⁹ C. A. BRIGHENTI [23].

³⁰ INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL [18].

³¹ C. A. BRIGHENTI [23].

tilhados com os Mbyá, Kaiowá, Terena ou Kaingang. Ocorre que os registros de C. Brighenti³² apontam para a existência de apenas 3 locais ocupados pelos Nandeva no Mato Grosso do Sul, ao passo que o levantamento do Instituto Socioambiental³³, além dessas 3, acrescenta outras 8 localidades. Complementado-se, portanto, as informações sobre a população Nandeva presente neste conjunto de locais, estima-se que a mesma não seja inferior a 6.300 pessoas.

Confrontados com os números referentes à população no Paraguai e Brasil, os dados sobre a presença Nandeva na Província de Misiones (Argentina) soam inexpressivos. Contudo, os registros são significativos pelo fato de sinalizar para a presença dos mesmos nessa região, a qual se pressupunha exclusivamente habitada pelos Mbyá. Em estudo elaborado por C. Brighenti³⁴, o qual colhe resultados de levantamentos realizados por instituições argentinas, a presença de famílias Nandeva em Misiones é apontada em, pelo menos, 5 locais, embora difícil proceder à desagregação da população Mbyá. A partir deste registro, é possível projetar que a população Nandeva na Argentina gira em torno de 350 pessoas.

Obtém-se, portanto, para a população Nandeva, uma estimativa de 15.650 membros.

PROJEÇÃO DEMOGRÁFICA PARA OS KAIOWÁ

De acordo com os registros sistematizados por A. Brand (2001)³⁵, em 1999 a população Kaiowá e Nandeva no Mato Grosso do Sul totalizava 25.357 indivíduos. Considerando-se que os Nandeva, nesse Estado, conformem uma população de, pelo menos, 3.500 pessoas, obtém-se para os Kaiowá o registro de 21.857 indígenas³⁶.

No que toca ao Paraguai, os dados disponíveis são de censo realizado em 1992, o qual apontou para a existência de 8.026 Kaiowá (Paĩ-Tavyterã)³⁷. Esta informação chama a atenção se confrontada com o dado apresentado por B. Me-

³² *Idem*.

³³ INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL [18].

³⁴ C. BRIGHENTI [23].

³⁵ Antônio BRAND, Os Kaiowá/Guarani no Mato Grosso do Sul e o Processo de Confinamento – a «Entrada de Nossos Contrários», *Conflitos de Direitos Sobre as Terras Guarani/Kaiowá no Estado do Mato Grosso do Sul*, CIMI-Regional MS, Comissão Pró-Índio e Min. Público Federal, São Paulo, Palas Athenas, 2001, pp. 93-131.

³⁶ Há informações vagas que assinalam a presença desse grupo nos estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro. Como as mesmas não indicam número preciso e sinalizam se tratar de poucos indivíduos, estes não serão aqui considerados (Cf. Celeste CICCARONE, *Drama e Sensibilidade: Migração Xamanismo e Mulheres Mbya Guarani*, Tese de Doutorado, São Paulo, PUS/SP, 2001, e Maria Inês LADEIRA, *Espaço Geográfico Guarani-Mbya: Significado, Constituição e Uso*, Tese de Doutorado, São Paulo, USP, 2001).

³⁷ Pueblos Indígenas en el Paraguay, Asunción, Secretaria Técnica de Planificación, 1997.

liã, G. Grümberg e F. Grümberg (1976)³⁸, sobre os Paĩ e os Ñandeva do Paraguai no início da década de 1970, cuja população foi então estimada em 8.028 pessoas. Levando-se em conta o registro relativo à população Kaiowá e Ñandeva, executado pelos autores na obra e época referidas, ou seja, 5.647 indígenas, e o indicado por A. Brand³⁹, percebe-se que em território brasileiro a população Guarani praticamente quintuplicou no período, ao passo que no Paraguai ela se manteve estável⁴⁰.

Portanto, a população Kaiowá atual está estimada em 29.900 pessoas.

De posse desse conjunto de dados, a soma dos três grupos perfaz a totalidade aproximada de **65.000** indivíduos que compõem a população Guarani contemporânea. Um número bastante significativo —ainda que uma projeção— levando-se em conta que os povos indígenas do sul do continente sejam pouco considerados se em comparação à visibilidade dada às sociedades indígenas amazônicas.

ESPACIALIDADE E QUESTÕES FUNDIÁRIAS

As temáticas concernentes à espacialidade e à noção de território vêm sendo os principais pontos de discussão na atualidade entre os especialistas nas áreas antropológicas, jurídicas e afins. A concentração em torno destas questões está diretamente ligada ao acentuado interesse para estabelecer o direito fundiário das populações Guarani, especialmente a partir da constituição de 1988, quando a questão passou a ter uma projeção nacional relevante.

O direito fundiário tem remetido à discussão de uma série de conceitos e perspectivas antropológicas e jurídicas a fim de contemplar a especificidade das situações das sociedades indígenas, tanto num plano mais amplo (abordando os povos indígenas como um todo na categoria de índios), quanto mais específico (quando se trata de cada sociedade indígena). Direcionando o foco desse tema para as sociedades Guarani, observa-se a necessidade de uma análise que tenha por base um esclarecimento tanto sobre aspectos teóricos que envolvem o conceito de território, quanto a história de contato dessas populações com a sociedade englobante. Enfocar esses elementos é imprescindível, pois que seus problemas relacionados à economia, saúde, organização social e demografia estão imbricados e subsumidos na questão fundiária.

³⁸ Bartomeu MELIÀ, Geog GRÜMBERG e Friedl GRÜMBERG, *Los Paĩ-Tavyterã: Etnografía Guarani del Paraguay Contemporáneo*, Asunción, Centro de Estudios Antropológicos, 1976.

³⁹ A. BRAND [35].

⁴⁰ Em comunicação pessoal aos autores, Antônio Brand informou que a população Kaiowá/Paĩ atual deve oscilar entre 35.000 a 40.000 indígenas. Considerando-se, portanto, o número já referido para o Estado do Mato Grosso do Sul (21.857), a população Paĩ no Paraguai é, na verdade, bem superior à sinalizada no censo de 1992. Embora seja mantido, aqui, o dado relativo a esse censo, é provável que a projeção de A. Brand seja corroborada a partir da divulgação dos resultados do último censo realizado naquele País no ano de 2002, mas ainda não disponível ao público.

Desta forma, ainda que brevemente, pretende-se apontar aqui, a partir de que bases se compreende a relação dos Guarani com o espaço, qual(is) a(s) concepção(ões) nativa(s), de que forma as relações com a sociedade englobante forjaram mudanças históricas que moldaram a configuração atual e como esses aspectos convergem para uma compreensão da questão fundiária que os afeta.

Inicialmente é preciso distinguir o conceito de território segundo a perspectiva da sociedade moderna e a noção de espacialidade presente entre as sociedades Guarani. A noção de território é algo relativamente recente na história e está imbricado na formação dos estados-nação, que se estabelece em bases espaciais com fronteiras geo-políticas precisas. Portanto, na análise sobre o confronto de perspectivas sociais distintas a respeito do espaço, é preciso sempre lembrar que «território» é um atributo do estado-nação⁴¹. J. P. de Oliveira (1999: 19)⁴² aponta para vários estudos que indicam como diversos povos não-modernos estudados possuem uma organização social que não necessita de uma vinculação ou base em um espaço territorial **fixo**.

Cabe incluir aqui a noção de «territorialização» proposta por J. P. de Oliveira⁴³, como um importante aspecto para se pensar a participação ativa das diferentes comunidades Guarani na reivindicação de demarcação de suas terras. De acordo com o autor em referência, é a presença colonial que instaura uma nova relação da sociedade com o território, produzindo uma série de transformações socioculturais. Assim, o estado-nação impõe que se estabeleça essas bases fixas também para as sociedades indígenas, e é nessas condições históricas que se visualiza a territorialização, a qual, segundo J. P. de Oliveira (idem: 20)⁴⁴, define-se «como um processo de reorganização social». Esse processo estabelece «uma intervenção da esfera política que associa —de forma prescritiva e insofismável— um conjunto de indivíduos e grupos a limites geográficos bem determinados» (idem, 21).

Observa-se que as sociedades Guarani —como de resto, todas as sociedades indígenas conhecidas— tradicionalmente estabeleceram-se espacialmente sem uma preocupação em se fixar numa área determinada e levantar limites precisos. Entretanto, o processo histórico de constante contato com a sociedade englobante impôs mudanças nesses aspectos, que influenciaram, inequivocamente, em seus perfis socioculturais.

Recorrendo à historiografia sobre os grupos Guarani é possível afirmar que os mesmos não participaram —ou o fizeram de uma forma bastante restrita— das principais instituições do sistema colonial (reduções e *encomiendas*). Denominados

⁴¹ Confira Arjun APPADURAI, *Soberania sem territorialidade: Notas Para Uma Geografia Pós-nacional*, *Rev. Novos Estudos do CEBRAP*, N°49, São Paulo, 1997, pp. 7-32.

⁴² João Pacheco de OLIVEIRA, «Uma Etnologia dos ‘Índios Misturados’: Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Culturais», João Pacheco de OLIVEIRA (org.), *A Viagem da Volta: Etnicidade, Política e Reelaboração Cultural no Nordeste Indígena*, Rio de Janeiro, Contra Capa, 1999, pp. 11-39.

⁴³ J.P. OLIVEIRA [42].

⁴⁴ *Idem*.

à época genericamente de Kaingua, cada um dos grupos desenvolveu trajetórias históricas e culturais muito específicas. Tanto que, conforme também já foi anteriormente destacado, as afirmações sobre um determinado grupo são genéricas e justificáveis, unicamente, diante da necessidade da abordagem didático-acadêmica.

Mesmo parecendo exagero, no sentido de desconsiderar a história progressa envolvendo as situações de contato, nota-se que foi a partir da metade do século XX que os Guarani sentiram o impacto mais duro do processo de relação com a sociedade englobante. Apesar de que, nas épocas precedentes, os espaços geográficos tradicionalmente ocupados tenham sido sistematicamente atacados e esbulhados, e eles próprios vítimas de guerras, escravização e epidemias, é a partir da segunda metade do século XX que o processo de invasão dos espaços por eles ocupados ocorre de forma mais contundente⁴⁵. Torna-se importante destacar que, se até esta data eles ainda podiam dispor de espaços que lhes permitiam manter um distanciamento dos colonizadores, vê-se que isto agora passa a ser cada vez menos provável.

O processo de expansão capitalista sobre os países do Cone Sul do Continente latino-americano afetou decisivamente as populações Guarani, e especialmente o espaço territorial no qual estavam estabelecidas. Um dos aspectos que torna atípica a forma como se desenvolveu o capitalismo nessa região é o fato de que o acesso à terra passa a ser uma prerrogativa do industrial urbano. Do ponto de vista sociológico, as implicações desta dinâmica levam a uma concentração de terras, tornando-as, progressivamente, pertencentes a um número cada vez mais reduzido de proprietários. Com isso, pequenos proprietários, posseiros, arrendatários, meeiros etc. e os povos indígenas passam a ser sistematicamente expulsos de suas terras. Empurrados para novas fronteiras agrícolas, em permanentes conflitos entre si e com os habitantes mais antigos destas novas frentes, logo são novamente tangidos pelos que —através de mecanismos e expedientes via de regra escusos— se constituem em proprietários pela detenção de titularidade das terras de que vão se apossando⁴⁶.

Esse processo atingiu, de forma determinante, os espaços tradicionais dos diferentes grupos Guarani. Impulsionadas pela monocultura da soja, a partir da década de 1960, novas fronteiras agrícolas foram se expandindo em ondas sucessivas a partir do noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, alcançando a porção oeste dos estados de Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, não tardando a repercutir também no nordeste argentino (Misiones) e nas regiões em que os Guarani puderam permanecer relativamente tranquilos por vários séculos no Paraguai Oriental.

⁴⁵ Confira A. BRAND [2].

⁴⁶ Ariovaldo Umbelino de OLIVEIRA, A Longa Marcha do Camponato Brasileiro: Movimentos Sociais, Conflitos e Reforma Agrária, *Revista Estudos Avançados*, Vol. 15, N° 43, São Paulo, USP, 2001, pp. 185-206. Confira também Milton SANTOS, *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*, São Paulo, HUCITEC, 1997.

Desta forma, tendo como perspectiva esta breve conjuntura histórica, torna-se possível compreender melhor a conformação da distribuição espacial contemporânea desses grupos.

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS GUARANI CONTEMPORÂNEOS

Se fosse executado um exercício de superpor o mapa com a distribuição espacial dos povos Guarani atuais ao do período colonial, chegar-se-ia à conclusão de que uma parte significativa (ainda que parcial) deles, continuam presentes na mesma região geográfica. Se, por um lado, ocorreram supressões de partes de antigos espaços —como, incontestavelmente ocorreu!— por outro, é possível acompanhar como os Guarani expandiram as fronteiras deste espaço ao longo da história. É o que pode ter ocorrido com os Chiriguano, que no século XVI, seguindo os passos de seus antepassados, empreenderam movimentos migratórios em direção à Cordilheira Sub-Andina⁴⁷. Ou ainda, conforme atesta a dinâmica da mobilidade expansiva dos Mbyá que, na atualidade, se fazem presentes em pontos que ultrapassam até mesmo os limites arqueológica e historicamente fixados aos Guarani pelos estudos clássicos, como é o caso de sua presença no litoral de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Mas de forma alguma deve-se entender que este espaço fosse, no passado, contínuo e fixo, e sim repleto de descontinuidades e com uma constante fluidez nos seus limites. Haja vista que este espaço geográfico sempre foi concorrido, no passado e no presente, com outros povos indígenas. Entretanto, não resta dúvida de que a expansão da sociedade englobante ampliou e radicalizou essas descontinuidades, provocando, inclusive, alguns movimentos de ampliação da plasticidade dos limites.

A presença das diferentes sociedades nacionais promoveu não apenas uma redução do espaço físico, mas uma ruptura profunda na própria forma como os distintos grupos Guarani concebiam a organização social, refletida, em muitos aspectos, no âmbito da estrutura espacial que foi comprimida, ao longo da história, a lugares cada vez mais exíguos. Hoje, o que se observa, indistintamente a qualquer um dos grupos, é que os locais por eles ocupados são pequenas ilhas incrustadas em meio à presença massiva da sociedade englobante. Entretanto, observa-se como cada grupo Guarani vêm reagindo de modo variado a essas situações, tornando relevante abordá-las.

Os Kaiowá encontram-se distribuídos tanto em território brasileiro como em paraguai. No Brasil estão concentrados ao sul do Estado do Mato Grosso do Sul, tendo ao Norte o limite estabelecido pelas nascentes do Rio Ivinheima, tributário do Rio Paraná e também as nascentes do Rio Apa, o qual desemboca no Rio

⁴⁷ Bartomeu MELIÀ, *Los Guarani-Chiriguano: Ñande Reko, Nuestro Modo de Ser*, La Paz, CIPCA, 1988, pp. 15-79.

Paraguay; ao Sul o confrontante do território Kaiowá pode ser fixado no Rio Iguatemi, outro afluente do Rio Paraná⁴⁸. Para além da linha seca que divide os dois países, o território Kaiowá estende-se a Leste e ao Norte da região oriental da República do Paraguay, em dezenas de locais presentes nos departamentos de Amambay, Canindeyu, San Pedro e Concepción⁴⁹.

Em relação aos demais grupos, os Kaiowá são os que se apresentam de forma mais concentrada geograficamente. Além desse aspecto, eles se distinguem por manterem sobre uma mesma localidade (aldeia ou **tekoha**) várias famílias extensas (algo distinto dos Mbyá, como se verá a adiante). Os Ñandeva, embora também estejam presentes nos países nos quais são encontrados os Kaiowá, distribuem-se num território com uma abrangência bem mais ampliada. No Paraguai são encontrados nos seguintes departamentos: San Pedro, Amambay, Canindeyu, Caaguazu, e Alto Paraná. C. Brighenti (idem: 120)⁵⁰ registra a presença Ñandeva na Província de Misiones, na Argentina, onde dividem com os Mbyá cinco localidades. No Brasil, estão presentes nos estados do Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Os Mbyá formam o grupo com a mais dilatada dispersão geográfica. No Paraguai estão distribuídos nos departamentos de Caaguazu, Guairá, Caazapá, San Pedro, Concepción, Alto Paraná e Itapúa. Na Argentina, estão concentrados na Província de Misiones e no Brasil, marcam presença nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Pará. A dispersão geográfica também atende a forma de organização sociopolítica dos Mbyá. O padrão é ter, em cada localidade, uma família extensa com uma figura masculina como a liderança política que a representa e a dirige. Este aspecto é importante por assinalar que cada liderança procurará viver em um local distinto com sua família extensa. Dificilmente duas famílias extensas conviverão num mesmo espaço, pois isso implicaria na liderança de uma família extensa ter que se submeter a outra, algo impensado na forma de organização do grupo.

Nesta amplitude geográfica, são percebíveis diferenças significativas, não só de um grupo para outro (Kaiowá, Ñandeva e Mbyá), mas inclusive de um mesmo grupo em regiões diferentes (ex: Mbyá no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro). Estas diferenciações remetem, basicamente —como se têm procurado evidenciar

⁴⁸ Como já se afirmou anteriormente, há registros de presença Kaiowá nos estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro, em localidades com famílias Mbyá. Como esses registros são pouco precisos, não é possível dizer se são alguns indivíduos, famílias nucleares ou extensas.

⁴⁹ A maioria dos estudos sobre os Kaiowá no Paraguai menciona presença dos mesmos somente nos departamentos de Canindeyu e Amambay. Contudo, o II Censo Nacional Indígena de Población y Viviendas, executado pela Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos, aponta para a presença de **tekoha** também nos departamentos de San Pedro e Concepción, embora não traduza em números a quantidade de indivíduos deste grupo nos quatro departamentos paraguaios.

⁵⁰ C. BRIGHENTI [23].

aqui— à história local de cada unidade sociológica, na qual está fortemente marcada a especificidade das relações estabelecidas com a sociedade englobante.

OS PROBLEMAS FUNDIÁRIOS

Conforme ficou demonstrado anteriormente, a população Guarani contemporânea é composta por, pelo menos, 65.000 membros. Cabe agregar que esse contingente encontra-se distribuído sobre, no mínimo, 360 locais espalhados pelo Paraguai, Argentina e Brasil. Essa configuração é resultado de um processo histórico, ao longo do qual os espaços Guarani foram sistematicamente dilapidados e reduzidos.

Considerando-se, portanto, a distribuição espacial e a demografia, é possível levantar os aspectos mais significativos dos problemas fundiários que afetam esses grupos, apontando tanto a forma como os conflitos com a sociedade englobante acontecem, quanto as reações indígenas a cada uma delas. No caso dos Kaiowá/Päi, habitantes do Mato Grosso do Sul e departamentos ao Norte do Paraguai⁵¹, A. Brand⁵² explica que a redução territorial aparece secundada, por um lado pelo «esparramo» e, por outro, pelo «confinamento». A primeira situação está diretamente relacionada ao período de desmatamento e instalação das fazendas, durante o qual os espaços habitados pelos Kaiowá e Ñandeva foram desestruturados e parte significativa da mão-de-obra indígena acabou sendo absorvida na própria execução destas atividades. De acordo com a definição elaborada por A. Brand (idem: 108)⁵³, o esparramo «mais do que a perda da terra, significa a dispersão das aldeias e o desmantelamento das famílias extensas. Ou seja, a perda da terra traduziu-se na dispersão de seus moradores e não simplesmente em sua transferência para dentro das reservas».

Assim, o problema fundiário vivido pelos grupos Kaiowá e Ñandeva, no qual se processou a desagregação das famílias extensas e desestruturação dos seus espaços de vida, concorreu para que essas comunidades passassem a ser definidas pelos organismos oficiais e pelas autoridades, como índios desaldeados. Conforme A. Brand (1993: 5)⁵⁴, o confinamento configura «o processo induzido ou forçado de abandono dos **tekoha** originários e de concentração dentro das reservas demarcadas pelos governos de cada país.» A concentração implicou em colocar a população em áreas de dimensões insuficientes para suas necessidades sócio-econômicas⁵⁵. A falta de perspectiva que estas situações ocasionam é apontada

⁵¹ Criação, no Paraguai, de colônias e, no lado brasileiro, reservas.

⁵² A. BRAND [2].

⁵³ A. BRAND [35].

⁵⁴ A. BRAND [2].

⁵⁵ Confira também Rubem THOMAZ DE ALMEIDA, A «Entrada» no Tekoha, *Povos Indígenas no Brasil 1996-2000*, São Paulo, Instituto Socioambiental, 2000, pp 745-748.

como uma das motivações básicas para a prática de suicídios entre os Kaiowá no Estado do Mato Grosso do Sul.

Os Ñandeva apresentam uma reação distinta ao impacto provocado tanto pela redução quanto pelo fracionamento de seu território. Segundo M. Chase-Sardi (idem: 36)⁵⁶, a estratégia estabelecida foi a do mimetismo e à adaptação as novas circunstâncias. Enquanto mimetismo, o autor define como o fazer-se parecer como as pessoas da sociedade englobante⁵⁷. Da mesma forma, pode-se se dizer que a estratégia do mimetismo é articulada pelos Ñandeva na sua aproximação tanto aos Kaiowá, quanto aos Mbyá. Assim, as comunidades Ñandeva que convivem com os Kaiowá, incorporam uma série de itens sócio-culturais desses últimos, combinando-os com os seus, ocorrendo o mesmo com as comunidades que vivem próximas ou mesmo compartilham o mesmo espaço com os Mbyá. Desta forma, os Ñandeva acabam por acompanhar as reivindicações fundiárias de um ou outro grupo ao qual esteja convivendo.

A partir da década de 1980 ocorre uma mudança significativa quanto à postura destes grupos frente ao processo que transformou seus antigos locais em fazendas. Os Kaiowá e os Ñandeva do Mato Grosso do Sul passaram a constituir um movimento articulado e emergiram no cenário político, tanto no âmbito local, quanto no nacional. Os objetivos que impulsionaram tal movimento devem ser buscados não meramente na luta e reconquista de espaços tradicionais. Nesse sentido, embora a recuperação de frações dos antigos locais esbulhados seja de inquestionável importância, é a própria dinamicidade do **ñande reko** —modo de ser— destes grupos que deve ser evidenciado. De acordo com A. Brand (idem: 78)⁵⁸, ao se considerar a ação dos Kaiowá e dos Ñandeva frente ao processo de esbulho de seus **tekoha**, é importante estar atento para o fato de que esta resistência ocorre «em torno de dois pontos básicos: a terra e o seu modo de ser. As estratégias de luta que adotam mostram ser impossível separar um ponto do outro, ou seja, um é impossível sem o outro. Por isso a luta pela terra significa, e muitas vezes esconde, a luta mais profunda dos Kaiowá pelo seu ‘modo de ser’».

No caso dos Mbyá, observa-se o desenvolvimento de mecanismos que diferem em grande medida dos adotados pelos grupos acima referidos. Para I. J. Garlet⁵⁹, à medida que os Mbyá tiveram seu território impactado pela sociedade englobante, as unidades sócio-culturais foram fracionadas e as famílias extensas passaram a ser a referência básica da organização social. Ao mesmo tempo em que são desterritorializados, os Mbyá buscam espalhar-se, em pequenos núcleos,

⁵⁶ M. CHASE-SARDI [26].

⁵⁷ Não há qualquer tabu na adoção de diversos elementos como bens de consumo, língua, atividades econômicas, educação formal etc. Convivem mais frequentemente com a sociedade englobante, tanto circulando nas cidades próximas, quanto permitindo a entrada de pessoas desse meio em suas aldeias.

⁵⁸ A. BRAND [2].

⁵⁹ I. GARLET [2].

sobre uma grande amplitude espacial. Concomitantemente, a atomização dos Mbyá permite a invisibilidade, fato que os torna refratários à pressão da sociedade englobante sobre seu modo de ser tradicional. Para tanto, é na intensificação do **oguada**, da mobilidade espacial, que este grupo vai, ao mesmo tempo, salvaguardar suas pautas culturais e incorporar novos espaços ao seu território, cujas fronteiras estão em franca expansão.

Contudo, essas estratégias tornaram-se paulatinamente deficitárias frente à expansão e à concorrência⁶⁰ da sociedade englobante sobre espaços⁶¹ antes relativamente só de interesse de ocupação das populações indígenas. Assim, a postura dos Mbyá quanto à garantia das terras tem sofrido uma grande mudança nos últimos anos. Se antes procuravam se desviar de qualquer processo de legitimação de espaços para si — por considerarem tanto a definição de espaços fixos, quanto o confronto com a sociedade englobante, aspectos contrários ao **Mbyá reko**, modo de ser Mbyá, diante do novo contexto, passam a reivindicar de forma sistemática e insistente a garantia e a legalização de espaços, cobrando dos organismos oficiais e dos poderes públicos o cumprimento de suas responsabilidades quanto a este quesito.

A reivindicação, por parte dos diferentes grupos, pela legitimação dos seus direitos fundiários, tem promovido debates e polêmicas em torno das bases jurídicas em que esses direitos estão assentados, pois nem sempre as situações reais e as concepções indígenas se harmonizam com tais fundamentos. Por exemplo, R. T de Almeida⁶² (idem: 746), coloca em dúvida a validade de se aplicar a noção jurídica de «terra permanentemente ocupada» nos trabalhos de identificação de terras para as populações Kaiowá e Nandeva no Mato Grosso do Sul. O problema está na reivindicação de alguns espaços que não são mais ocupados devido à transformação sofrida pelos mesmos e pela força de intervenções alheias que impedem a presença indígena, mas que são entendidos por esses grupos como seus. Assim, o referido autor propõe a substituição de «terra permanentemente ocupada» pela noção de «pertencimento». Entende, assim, algo válido, o sentimento de pertença que o grupo tem em relação a um determinado espaço como um dos elementos para sua legitimação.

O mesmo ponto, ou seja, a noção de «terra permanentemente ocupada», tem sido discutida para os problemas fundiários enfrentados pelos Mbyá no Rio Grande do Sul, entretanto os aspectos envolvidos são distintos. A maior parte dos espaços reivindicados pelos Mbyá consiste em áreas com uma configuração ambiental considerada adequada ao seu perfil sócio-cultural. São espaços sem presença indígena, sendo ambicionados justamente por isso, além de serem passíveis de se tornar um

⁶⁰ Seja em novas frentes agrícolas, seja em projetos de desenvolvimento, como a ampliação/duplicação de rodovias.

⁶¹ Esses espaços eram basicamente as áreas de mata de domínio público.

⁶² R. THOMAZ DE ALMEIDA [55].

legítimo espaço Mbyá. Não interessa à sua organização sócio-cultural espaços com registros de presença Guarani no passado e que não possuem uma configuração ambiental adequada aos seus interesses no presente. Desta forma, observa-se um descompasso entre a base jurídica e as concepções nativas. Este aspecto tem causado incômodos também no meio acadêmico e nas organizações indigenistas, pois muitos pontos de vista vigentes ainda mantêm o olhar sobre os Guarani atuais mediadas pelas lentes forjadas a partir dos Guarani históricos. Assim, a opacidade de uma perspectiva essencializadora desses índios tem promovido muitos problemas e incompreensões metodológicos, pois deixam de considerar os processos de mudança vividos por eles e os significados de suas ações contemporâneas.

CONCLUSÕES

A análise desenvolvida ao longo deste texto permite que se estabeleçam algumas considerações finais. Primeiramente, o estudo demonstrou que diferenciar os Guarani contemporâneos entre si não é apenas um recurso advindo de um purismo acadêmico, ou de estar seguindo tendências clássicas nos moldes de E. Schaden⁶³, mas um dado de realidade que deve estar contemplado em investigações antropológicas eficientes. As distinções entre os Kaiowá, Nandeva e Mbyá não só se mantêm, como se atualizaram também sob a forma de regionalismos.

A insistência em argumentar em favor da configuração de especificidades para cada grupo pretende, ainda, que tais peculiaridades não sejam decorrentes apenas de diferenças inerentes às características culturais essencialistas. Antes, visa evidenciar os modos pelos quais a estrutura cultural de cada grupo tem reagido aos processos históricos pelos quais foram atravessadas. Em face destas respostas que se diferenciam a partir do evento histórico, as especificidades são percebíveis não só de um grupo para outro, mas também entre indivíduos, ou comunidades, pertencentes a um mesmo grupo. Colocada esta perspectiva, pode-se afirmar que a idéia de que os Guarani conformam um conjunto homogêneo precisa ser revista e atualizada, especialmente pelas instituições (oficiais ou não) que interagem com esses grupos.

A análise demográfica aponta que, ao se somar os dados parciais relativos aos três grupos, os Guarani constituem uma das maiores populações indígenas das terras baixas da América do Sul. A população Kaiowá/Pai está estimada em 29.900 pessoas. Para os Nandeva as projeções alcançam a casa dos 15.650 pessoas. Quanto aos Mbyá, as estimativas apontam para a existência de 19.200 indivíduos. Portanto, a população Guarani contemporânea é composta por, aproximadamente, 65.000 membros.

Ainda a respeito da demografia Guarani, convém destacar os significativos e substantivos aumentos registrados a cada novo levantamento executado. Resulta-

⁶³ Egon SCHADEN, *Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani*, São Paulo, EDUSP, 1974.

do atribuível, em parte, aos avanços metodológicos na realização e aplicação dos censos, mas também a um certo consentimento por parte das populações Guarani em se submeterem aos censos. Mas com certeza, o crescimento acelerado dos contingentes populacionais Guarani resulta também de um consciente processo de recuperação demográfica.

Embora o perfil demográfico das populações Guarani aponte para um crescimento acelerado, não se observa, nas plataformas de intenções dos distintos países em que estão presentes, a existência de políticas públicas voltadas a disponibilizar, no mesmo ritmo e proporção, espaços adequados visando garantir as demandas atuais e as que já se desenham para o futuro imediato. Enquanto os órgãos públicos são omissos e/ou morosos, observa-se, por parte dos Guarani, o desenvolvimento de diferentes estratégias visando tanto a retomada dos espaços perdidos ao longo do processo de contato (a exemplo dos Kaiowá e Nandeva), quanto a incorporação de novos espaços aos seus domínios (a exemplo do que ocorre com os Mbyá).

Finalizando, cabe acrescentar que a emergência dos Guarani no cenário das reivindicação de seus direitos fundiários tem promovido uma reavaliação de conceitos e noções que permeiam o campo jurídico-antropológico, especialmente colocando em questão perspectivas assentadas em estudos sobre populações indígenas amazônicas, nem sempre adequadas à sua realidade. Os Guarani, ao longo de suas diferentes trajetórias históricas, viram-se impelidos a mudar, mas mantiveram suas particularidades sócio-culturais, caracterizando-se por serem plásticos e ao mesmo tempo firmes. As bases histórico-sócio-culturais nas quais está inscrita sua relação com o espaço, exigem mudanças nos pontos de vista tanto jurídicos, quanto antropológicos para que os mesmos contemplem seus direitos fundiários, sem que isso comprometa suas especificidades sociais. E nesse aspecto, eles nos desafiam a mudar também. Cabe aos poderes institucionais e intelectuais descentrarem-se, dessubstancializarem seus conceitos e teorias a fim de que se possa compreendê-los, garantindo-lhes seus direitos de forma adequada, respeitando suas particularidades étnicas.

At the present the Guarani consist of an expressive indigenous population which territory occupies several countries of South America. Analyzing the available data about that population, we intend to present a general picture on demography, space distribution and land issues. The emphasis on these 3 aspects is to analyze the practical contexts that the Guarani experimented, demonstrating the importance and implications of the relationships with the surrounding society for a better understanding of them current feature.

KEY WORDS: *contemporary guarani, demographic density, space, land issues, inter-ethnic relationships.*
